

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES**

Perspectivas da Educação Inclusiva para um adolescente com paralisia cerebral severa:
práticas baseadas nas diretrizes ou na realidade do aluno?

Marinês Míscali Netto
112790036c
Juiz de Fora

Juiz de Fora
2019

Marinês Míscali Netto

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA**

Perspectivas da Educação Inclusiva para um adolescente com paralisia cerebral severa:
práticas baseadas nas diretrizes ou na realidade do aluno?

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Orientador (a): Prof. Dr. Neil Franco Pereira de Almeida

Juiz de Fora
2019

Marinês Míscali Netto

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Míscali Netto, Marinês .

Perspectivas da Educação Inclusiva para um adolescente com paralisia cerebral severa: práticas baseadas nas diretrizes ou na realidade do aluno? / Marinês Míscali Netto. -- 2019.

19 f.

Orientadora: Neil Franco Pereira de Almeida

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Especialização em Educação Inclusiva em Contextos Escolares, 2019.

1. Educação Inclusiva. 2. Paralisia cerebral. 3. Professor de apoio. I. Franco Pereira de Almeida , Neil, orient. II. Título.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Dr. Neil Franco Pereira de Almeida - Orientador

Ms. Michelle Duarte Rios Cardoso – Avaliadora 01

Dra. Núbia Aparecida Schaper Santos – Avaliadora 02

Juiz de Fora
2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar vida, saúde e persistência para ir em busca de conhecimento. Agradeço à família de meu aluno, assim como a direção da escola em que trabalho, pela confiança dispensada e que me inspira todos os dias a buscar maneiras para tentar melhorar minha prática profissional, e aos meus familiares por sempre me incentivarem a continuar minha caminhada na educação.

RESUMO

Paralisia cerebral é uma expressão que engloba diversos distúrbios que afetam a capacidade infantil para se mover e manter a postura e o equilíbrio. Esses distúrbios são causados por uma lesão cerebral que ocorre antes, durante ou dentro dos primeiros dias depois do nascimento. E por este motivo podem acarretar sérios problemas de aprendizagem. Este trabalho busca entender qual pode ser a melhor forma de trabalhar com crianças com paralisia cerebral severa. Para isso, vários aspectos são descritos e argumentados à luz de referenciais teóricos da área da Educação Inclusiva: 1) apresentar um breve relato baseado no guia de educação especial de Minas Gerais que traz como deve ser a atuação do professor de apoio segundo o Estado, assim como do professor regente de aula; 2) apresentar os conceitos da paralisia cerebral e as implicações que a mesma pode provocar no desenvolvimento de um adolescente matriculado no Ensino Médio; 3) descrever a atuação, via projeto de intervenção pedagógica, de uma professora de apoio que acompanhou um aluno com paralisia cerebral severa na rede estadual de ensino destacando os obstáculos encontrados por essa profissional no cotidiano escolar do aluno. Foi utilizado como metodologia o estudo de caso. Verificou-se que são muitas as atribuições inerentes ao cargo de professor de apoio e que há um pouco envolvimento por parte dos professores regentes de aula no processo educacional de alunos com deficiência. E que há um abismo entre a compreensão da identidade social real e a identidade social virtual desses sujeitos, em especial, pelas diretrizes legais.

Palavras-chave: Paralisia Cerebral, professor de apoio, inquietação.

SUMÁRIO

Resumo _____	5
Introdução _____	1
Identificação da situação problema/questão _____	2
Descrição do que te fez eleger tal problema/questão _____	4
Justificativa da importância de estudar tal questão e não outra: _____	5
Objetivo geral _____	5
Objetivo específico _____	6
Alternativas escolhidas para a intervenção: _____	6
Cronograma _____	8
Relatório de desenvolvimento do projeto de intervenção pedagógica _____	8
Considerações finais _____	12
Referências _____	14
Anexos _____	15

1 INTRODUÇÃO:

O presente projeto tem como objetivo buscar resposta para um fato que muito me inquieta e gerou uma questão norteadora do estudo: de que forma um/a professor/a de apoio a comunicação assistiva deve executar seu trabalho? Seu enfoque deve ser no que propõe os documentos que regem a educação inclusiva ou ensinar de acordo com as possibilidades de que o aluno pode aprender?

Trataremos neste trabalho de um aluno com paralisia cerebral, deficiência definida como:

[...] uma expressão abrangente para diversos distúrbios que afetam a capacidade infantil para se mover e manter a postura e o equilíbrio. Esses distúrbios são causados por uma lesão cerebral que ocorre antes, durante ou dentro dos primeiros dias depois do nascimento. Essa lesão não prejudica os músculos nem os nervos que os conectam à medula espinal – apenas a capacidade do cérebro para controlar esses músculos. Dependendo de sua localização e gravidade, a lesão cerebral que causa os distúrbios de movimento de uma criança também pode causar outros problemas, que incluem deficiência mental, convulsões, distúrbios de linguagem, transtornos de aprendizagem e problemas de visão e audição (GERALIS, 2007, p. 15).

Em específico, o aluno é acometido por paralisia cerebral severa, com manifestações de afasia e disfasia. A disfasia é um transtorno primário e contínuo do desenvolvimento e da aprendizagem. Ela faz parte dos distúrbios específicos de aprendizagem da linguagem oral. A afasia é a perda parcial ou total da capacidade de expressar ou compreender a linguagem falada ou escrita. É o resultado de danos às áreas do cérebro que controlam a linguagem. O indivíduo pode ter dificuldade de ler, escrever, falar, compreender ou repetir a linguagem (HUANG, s/d).

O aluno em questão não fala e nem escreve. Faz poucos movimentos de colorir, no entanto, o movimento é brusco e sem direção. Para que o aluno desempenhe esse tipo de atividade, foram feitas adaptações com o giz de cera jumbo. Possui muita força e a emprega ao colorir. Ao jogar bola com as mãos, a agarra com bastante força e facilidade. Nas demonstrações de carinho também emprega muita força. A comunicação do aluno é feita por um único sinal que se resume a bater a mão no queixo para pedir água, pedir desculpas e jogar beijo. Locomove-se com certa dificuldade, além de fazer uso de fraldas e não se alimentar sozinho. No período da realização do Projeto de Intervenção, o aluno estava com 19 anos de idade.

Na rede estadual de ensino, os/as alunos/as com comprometimentos mais severos, como é o caso do jovem em estudo, além de ter o/a professor/a de apoio à tecnologia assistiva, possui também direito a um profissional chamado de Assistente de Serviços Básicos (ASB) que desenvolve a função de higiene, locomoção e alimentação. O/a professor/a de apoio fica por conta do desenvolvimento da parte pedagógica. Portanto, o trabalho desses dois profissionais deve estar alinhado para que ocorra maior desenvolvimento do/a aluno/a, pois ambos estão interagindo com o/a mesmo/a, todos os dias e proporcionando assim um trabalho coletivo e compartilhado, onde estão unidos em prol de um objetivo em comum: a qualidade de ensino ofertado ao/à discente. De acordo com o Guia de educação especial do estado de Minas Gerais o/a professor/a de apoio:

[...] oferece o apoio pedagógico ao processo de escolarização do aluno com disfunção neuromotora grave, deficiência múltipla e (ou) transtornos globais do desenvolvimento. Esse apoio pressupõe uma ação integrada com o(s) professor (es) regente(s), visando a favorecer o acesso do aluno à comunicação, ao currículo, por meio de adequação de material didático-pedagógico, utilização de estratégias e recursos tecnológicos (MINAS GERAIS, 2014, p. 17).

Partindo dessas considerações este estudo foi dividido em duas seções. Na primeira, identificamos o problema e partimos para identificação de possíveis soluções. Em seguida, buscamos então conhecer e tornar parte desse trabalho aquilo que o guia de educação especial de Minas Gerais, que é o documento norteador da educação especial na rede estadual de ensino, especifica sobre a função do professor de apoio à comunicação assistiva, juntamente com o professor regente de aulas. Além disso, buscamos trazer de outros documentos que falam sobre a educação alguns pontos que achamos relevantes para o caso em questão. Em seguida evidenciamos as dificuldades encontradas para se realizar um trabalho de qualidade com os alunos com deficiência diante dos diversos entraves encontrados pelos profissionais que trabalham diretamente com esses alunos e finalizamos com nossas considerações sobre o assunto em questão.

2 IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA/QUESTÃO

No ano de 2018 trabalhei em uma escola da rede estadual de ensino de Minas Gerais, na cidade de Juiz de Fora, com um aluno com paralisia cerebral severa. Em 2019, permaneci com o mesmo aluno.

A relação com corpo docente era bem complicada, pois eles/as relatam que não se sentiam capacitados/as para atender um aluno com deficiência. Segundo Montoan (2003, p. 37) o/a professor/a “[...] se apavora, com razão, ao receber alunos com deficiência ou com problemas de aprendizagem em suas turmas, pois prevê como será difícil dar conta das diferenciações que um pretense ensino inclusivo exigir-lhes-á.” Com isso, delega toda a função para o/a professor/a de apoio. Por isso é importante que os:

[...] professores que estão exercendo a regência é importante a formação continuada para reconhecer as necessidades educacionais especiais dos alunos, flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento, avaliar continuamente a eficácia do processo educacional e atuar colaborativamente com os professores especializados em educação especial. (MINAS GERAIS, 2014, p. 22).

No cotidiano da escola investigada, presenciei situações em que alguns professores/as regentes não cumprimentavam o aluno em sala, às vezes, nem mesmo o/a professor/a de apoio de outros/as alunos/as que são colegas de profissão e, teoricamente, tem conhecimento mais especializado nesta área.

Durante o decorrer do ano letivo de 2018 deparei-me com uma situação que me causou grande inquietação, uma vez que a equipe pedagógica da escola veio questionar qual trabalho estava sendo desenvolvido com o aluno. Relatei que estava desenvolvendo atividades de acordo com as capacidades e habilidades que havia identificado no estudante e o estimulando a evoluir cada vez mais. Então, informaram-me que deveria fazer um trabalho diferenciado do que fazia. Não que o que estava desenvolvendo fosse ruim, mas que deveria adaptar os conteúdos dados em sala de aula (primeiro ano do ensino médio) para o aluno que sequer conhecia as vogais, cores ou números. Fiquei extremamente frustrada, acreditando que o meu trabalho estava sendo em vão.

De acordo com a equipe pedagógica, eu precisava fazer esse trabalho para que houvesse registros escritos de que estava fazendo as adaptações dos conteúdos. Mas, como adaptar química e física para um aluno que não verbaliza e se comunica por um único sinal e que não quer desenvolver as atividades propostas? Ressalto ainda que, quando se propunha a fazer as atividades, fazia por meio de troca por água para beber.

Como fazer com que o direito desse aluno seja respeitado e possa ter seus direitos de aprendizagem garantidos? Perguntava-me isso todos os dias, uma vez que achava que era o meu trabalho que não estava sendo adequado. Ao refletir sobre a Declaração de Salamanca (1994, p.01) que diz que todos “[...] aqueles com necessidades educacionais especiais devem

ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades.”, percebo que há uma discordância entre o que é proposto no documento e o que nos é exigido pela legislação do estado de Minas Gerais, uma vez que adaptar os conteúdos dados em sala de aula sem levar em consideração o que o aluno sabe não atende o que a Declaração propõe.

Via a resistência nos olhos dos/as professores/as do ensino médio. Pareciam pensar que o aluno não era capaz de aprender nada e estava na escola apenas para socializar. Por este motivo questionava todos os dias se meu trabalho como professora de apoio estava sendo bem feito, pois acreditava que meu aluno poderia aprender sim, mas dentro do tempo e das capacidades dele e com muito estímulo. Então surge o a questão norteadora deste estudo: Perspectivas da Educação inclusiva para um adolescente com paralisia cerebral severa: práticas baseadas nas diretrizes ou na realidade do aluno?

3 DESCRIÇÃO DO QUE TE FEZ ELEGER TAL PROBLEMA/QUESTÃO

A escola é bem localizada e atende muitas crianças com deficiência. Possui uma sala de recurso multifuncional bem equipada e tem uma equipe ciente das prioridades dos/as alunos/as com deficiência que ali frequentam. No entanto, esbarramos nas burocracias que vem das secretarias e dos órgãos que regem a educação.

A escola possui uma estrutura física adequada para receber alunos/as com deficiência: banheiros adaptados, as salas são de fácil acesso e a instituição é bem localizada, o que facilita o acesso de alunos/as da região.

A turma em que o aluno estava matriculado em 2018 e 2019 era de alunos/as com rendimento mediano e manifestavam bastante respeito pelo colega de sala. No início houve um pouco de estranhamento, mas logo acolheram o aluno e foram solícitos/as em ajudar no que era preciso, tratando-o com respeito e carinho. Sempre se ofereciam para buscar água para ele, pois o mesmo manifestava certa dependência em bebê-la. Esse comportamento da turma foi mudando com o tempo. A princípio as meninas se aproximavam mais. No ano de 2019 foi realizado um trabalho de conscientização dos/as alunos/as entre professores/as de apoio em parceria com a professora de inglês. O trabalho foi desenvolvido através de filmes como “Cuerdas” e “Meu nome é Rádio” que visam esclarecer sobre as algumas deficiências, como a mental e a paralisia cerebral, e conscientizar os alunos sobre a importância da inclusão desses colegas.

A educação inclusiva é aquela que não separa os/as alunos/as com necessidades especiais dos/as outros/as estudantes, mas sem deixar de apoiá-los/as em suas especificidades. A educação inclusiva deriva do direito que todos/as têm de frequentar uma escola pública e de qualidade, e ter suas necessidades específicas de aprendizagem atendidas pela instituição. A educação inclusiva é a oportunidade de fato de que a criança com deficiência física não fique à parte, realizando atividades meramente condicionadas e sem sentido.

A inclusão parte do princípio de que todos têm o direito de acesso ao conhecimento sem nenhuma forma de discriminação. Introduzida no contexto educacional com o objetivo de reverter uma realidade histórica do país marcada pela desigualdade e exclusão, a política educacional inclusiva da rede pública estadual de educação é orientada pelo reconhecimento de direitos, respeito às individualidades e valorização da diversidade. (MINAS GERAIS, 2014, p. 4.).

O aluno não fala, possui um único sinal caseiro de comunicação que se limita em bater a mão no queixo para pedir água, pedir desculpas e mandar beijos. Ele gosta muito de livros, sempre que vê alguém com livros avança sobre os mesmos para pegá-los e fica radiante por estar com eles em suas mãos. Gosta de jogar bola com as mãos e passear pela escola, porém, em relação às atividades propostas em sala de aula, o mesmo não as realiza com facilidade. Para conseguir que ele faça algo é necessário fazer a troca pela água, já que ele manifesta dependência em bebê-la constantemente, fato que acreditamos ser por conta da grande quantidade de medicamentos que faz uso diariamente.

4 JUSTIFICATIVA DA IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR TAL QUESTÃO E NÃO OUTRA:

A necessidade de se fazer este estudo se justifica pelo fato de saber como devemos proceder diante dos fatos até aqui apresentados e responder ao questionamento proposto para que possamos desenvolver um trabalho de qualidade, que possibilite ao aluno um melhor aprendizado enquanto está na escola.

5 OBJETIVO GERAL:

O objetivo do presente trabalho é buscar resposta de como o professor de apoio deve executar seu trabalho ao acompanhar um aluno com deficiência matriculado no Ensino Médio de uma escola pública, considerando a incompatibilidade de duas dimensões que envolvem o

caso: as prerrogativas dos documentos que regem a educação especial e as condições reais de aprendizagem de um aluno com paralisia cerebral severa.

6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Apresentar um breve relato do que consta nos documentos e principalmente no guia de educação especial do estado de Minas Gerais, que traz como deve ser atuação do professor de apoio segundo o Estado, assim como do professor regente de aula;
- Apresentar os conceitos da paralisia cerebral e as implicações que a mesma pode provocar no desenvolvimento do adolescente em questão;
- Descrever e analisar os processos viabilizados por um projeto de intervenção pedagógica de uma professora de apoio que acompanhou um aluno com paralisia cerebral severa na rede estadual de ensino;
- Revelar, via resultados do projeto de intervenção, os obstáculos encontrados por esta profissional no cotidiano escolar do aluno com paralisia cerebral severa.

7 ALTERNATIVAS ESCOLHIDAS PARA A INTERVENÇÃO:

A metodologia empregada neste estudo foi o estudo de caso, e Trivinos (1987) a define como uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente com o objetivo de descrever a realidade no qual o mesmo está inserido e que os resultados são válidos somente para o caso que foi estudado. No entanto, o estudo de caso pode fornecer um conhecimento profundo de uma realidade que poderá permitir e formular hipóteses para futuras pesquisas.

Em consonância com Trivinos (1987), Gil (2008, p. 58), define que o estudo de caso é “[...] caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”.

Portanto, iremos partir da observação do caso do aluno X, buscando responder os questionamentos iniciais, quais sejam: de que forma um/a professor/a de apoio à comunicação assistiva deve executar seu trabalho? Seu enfoque deve ser no que propõe os documentos que

regem a educação inclusiva ou ensinar de acordo com as possibilidades de que o aluno pode aprender?

Relataremos as atividades que foram desenvolvidas ao longo do ano de 2018 pela via da elaboração de um projeto de intervenção pedagógica, os objetivos que conseguimos alcançar, fazer um comparativo em relação ao que exige as políticas públicas de educação especial. E a partir dessa atuação e desses relatos buscar responder o questionamento inicial.

Durante o acompanhamento do aluno investigado no ano letivo de 2018 e primeiro trimestre de 2019, selecionamos como propostas de intervenção pedagógica, pautadas nos princípios da Comunicação Alternativa e da Tecnologia Assistiva, os seguintes recursos:

- adaptações a giz de cera;
- utilização do lápis jumbo para tentar facilitar a coordenação motora do aluno;
- uso de massa de modelar para trabalhar com formas concretas;
- confeccionar pranchas de comunicação alternativa através do software Boardmaker;
- utilização de recursos tecnológicos como celular, tablet, computadores para passar vídeos, músicas e jogos on-line;
- utilização de jogos e outros materiais concretos como alfabeto em MDF, E.V.A, brinquedos pedagógicos e etc.

Com essa proposta, ressaltamos que a Comunicação alternativa:

[...] é definido por outras formas de comunicação além da modalidade oral, como o uso de gestos, língua de sinais, expressões faciais, o uso de pranchas de alfabeto, símbolos pictográficos, uso de sistemas sofisticados de computador com voz sintetizada, dentre outros (ZAPOROSZENKO, 2008, p. 6).

Já a Tecnologia Assistiva:

[...] é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2009, pag 9).

Tendo como objetivo “[...] proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação,

mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado e trabalho.” (BERCH, 2017, p.2).

8- CRONOGRAMA:

Atividades	Período
Processo de identificação das dificuldades encontradas no cotidiano do aluno com paralisia cerebral severa	Março a agosto de 2018
Planejamento das atividades de intervenção	Durante todo o ano letivo de 2018, de acordo com as necessidades que o aluno apresentava
Início da aplicação das atividades	Maior de 2018
Aprofundamento Teórico	Janeiro a Março de 2019
Construção do projeto de intervenção	Maior a Agosto de 2018
Descrição, análise e discussão dos dados levantados	Março a Maio de 2019
Construção do relatório final do TCC	Maior de 2019

9 – RELATORIO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

No começo do ano letivo de 2018, no início do trabalho com o aluno, senti muita dificuldade de realizar meu trabalho e ainda sinto, pois ele não apresentava interesse em executar as tarefas propostas, mas sempre acreditei que o mesmo poderia aprender. No entanto, o aprendizado dele não é como de alunos/as da mesma idade, série, devido as suas limitações causadas pela paralisia cerebral. Priorizava então aquilo que era mais útil ao aluno, como se locomover de um espaço a outro sozinho, sinalizar quando queria ir ao banheiro, através do olhar ou com o movimento do corpo, uma vez que chegou à escola utilizando cerca de cinco fraldas a cada manhã e, no momento, usa a fralda somente por prevenção.

O aluno apresentava muita dificuldade em se alimentar e evoluiu muito nesse quesito, pois já não temos tantas dificuldades em dar-lhe de comer. No início, o aluno não podia ver um bebedouro, pois saía em disparada para tentar beber água. Hoje, atende às orientações dadas a ele quando manifesta desejo de hidratar-se. Sabe distinguir quando fez algo inadequado e quando o faz, e sua atenção é chamada, ele se bate. Hoje possui muita afinidade com vários alunos e alguns professores, mas, ao chegar na escola, se recusava a entrar em sala de aula dependendo do professor que estivesse em sala. Percebemos que isso ocorria principalmente quando o professor em questão não se dirigia a ele.

Outros questionamentos foram surgindo a partir dessa situação em que o aluno não conseguia alcançar o aprendizado teórico: por que as redes de ensino permitem a aprovação

desses/as alunos/as de forma continuada mesmo sabendo que eles não conseguem se desenvolver intelectualmente? Seria esse método que realmente leva em consideração a inclusão do/a aluno/as com deficiência? E mais uma vez retomava a reflexão sobre o que propõe a Declaração de Salamanca (1994) que tem como finalidade reafirmar o compromisso pré-estabelecido com o projeto Educação para Todos, que visa garantir assim a oportunidade para crianças e jovens com deficiências se tornem parte integrante do sistema educacional regular, buscando melhoria ao acesso à educação para a maioria daqueles cujas necessidades especiais ainda se encontram desprovidas. A educação inclusiva deve buscar suprir toda a necessidade dessas pessoas, seja fora ou dentro da escola. Esse documento tem como ponto fundamental mostrar e declarar o direito de toda criança a ter uma educação de qualidade, dando assim a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. Toda criança que tem necessidades educacionais especiais deve ter acesso à escola regular e a pedagogia deve ser centrada na criança, sendo assim capaz de satisfazer e suprir suas necessidades.

De acordo com o guia de educação especial de Minas Gerais:

[...] ao aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação são assegurados o acesso, a permanência, o percurso com qualidade do ensino e a aprendizagem, bem como a continuidade e conclusão nos níveis mais elevados de ensino. (MINAS GERAIS, 2014, p. 8).

O documento completa ainda que:

O percurso escolar garante ao aluno o trânsito pelas etapas e níveis referentes à forma de organização da escolaridade do sistema de ensino. A escola deve reconhecer e valorizar as experiências do aluno, suas habilidades, suas diferenças e atender às suas necessidades educacionais especiais sem perder de vista a consecução dos objetivos educacionais a que ele tem direito. (MINAS GERAIS, 2014, p. 8).

Mas que qualidade de ensino e aprendizagem é essa que faz com que o aluno vai passando de ano sem saber nada? Não apenas o jovem com deficiência, mas qualquer outro que não alcance os níveis mínimos de aprendizagem. Não há, a meu ver, uma valorização e reconhecimento das experiências do aluno, uma vez que o discente com deficiência muitas vezes nem é percebido pelo professor regente de aulas.

O guia de educação especial ainda traz que:

Para os alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, a legislação vigente prevê a possibilidade de flexibilização do tempo escolar

em até 50% do tempo previsto em lei para o Ensino Fundamental e Médio, obedecendo-se aos seguintes critérios: a. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, máximo de 02 anos, limitados a 01 ano a cada ciclo; b. Nos anos finais do Ensino Fundamental, máximo de 02 anos, limitados a 01 ano a cada ciclo; c. No Ensino Médio, máximo de 02 anos, limitados a 01 ano a cada ano. (MINAS GERAIS, 2014, p. 9).

Neste sentido:

A escola deve considerar as características próprias de desenvolvimento e aprendizagem do aluno, as intervenções e estratégias pedagógicas adotadas, minimizando a defasagem idade/ano de escolaridade, promovendo o percurso escolar do aluno junto aos seus pares etários. (MINAS GERAIS, 2014, p. 9).

No entanto, se há essa flexibilização de tempo, por que não se pode fazê-la a cada ano aumentando as possibilidades de aprendizagem do aluno com deficiência e assim respeitando seu tempo de aprendizagem? A escola pode considerar as características de aprendizagem do aluno, mas a mesma esbarra nas burocracias que a Secretaria de Educação impõe e tem que agir de acordo com que a lei prevê e não de acordo com o que o aluno precisa.

O Guia de Orientação da Educação Especial de Minas Gerais diz que a função do/a professor/a de apoio é adaptar/flexibilizar material pedagógico ao conteúdo estudado em sala de aula com o uso de material concreto (MINAS GERAIS, 2014, p. 17). Mas, como fazer isso se o/a próprio/a professor/a regente de aula não acredita no potencial do/a aluno/a e não se sente capaz de ensinar por não ter uma formação específica na área de educação especial e, também, não se disponibiliza a trabalhar em parceria com o/a professor/a de apoio? É função do professor regente de aulas passar com antecedência os conteúdos que serão ministrados para o professor de apoio para que o mesmo possa fazer as adaptações necessárias, mas isso não ocorre de fato dentro das escolas.

Nosso trabalho geralmente é solitário, além de ter que seguir as orientações que vem da Secretaria de Educação que, a meu ver, nem sempre estão de acordo com a realidade do/a aluno/a deficiente e do/a professor/a que o acompanha. Nisso, cabe aos professores de apoio:

Atuar de forma colaborativa com os professores da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação no grupo; b. adaptar/flexibilizar material pedagógico relativo ao conteúdo estudado em sala de aula (atividades, exercícios, provas, avaliações, jogos, livros de histórias, dentre outros) com o uso de material concreto, figuras e simbologia gráfica e construir pranchas de comunicação temáticas para cada atividade, com o objetivo de proporcionar a apropriação e o aprendizado do uso do recurso de comunicação e ampliação de vocabulário de símbolos gráficos; c.

preparar material específico para uso dos alunos na sala de aula; (MINAS GERAIS, 2014, p. 17).

E não trabalhar de forma isolada como os professores de apoio geralmente trabalham. Lembrando que os professores regentes de aula possuem formação específica em suas relativas áreas e os profissionais que geralmente atuam como professores de apoio são pedagogos e estes precisam buscar conhecimento de todas as áreas para poder adaptar os conteúdos de todas as disciplinas para os alunos com deficiência. A formação exigida para eles é: “Os professores que atuam nos atendimentos educacionais especializados devem ter licenciatura para o exercício da docência e conhecimentos específicos das áreas de deficiência, TGD e Altas Habilidades/Superdotação.” (MINAS GERAIS, 2014, p. 22).

Portanto, o trabalho em parceria entre os professores de apoio e professores regentes de aula precisa ser em parceria. Cabe, então:

Aos professores que estão exercendo a regência é importante a formação continuada para reconhecer as necessidades educacionais especiais dos alunos, flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento, avaliar continuamente a eficácia do processo educacional e atuar colaborativamente com os professores especializados em educação especial. (MINAS GERAIS, 2014, p.22).

Os professores de apoio ainda precisam:

d. desenvolver formas de comunicação simbólica, estimulando o aprendizado da linguagem expressiva; prover recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa; f. garantir a utilização de material específico de Comunicação Aumentativa e Alternativa (pranchas, cartões de comunicação e outras), que atendam à necessidade comunicativa do aluno no espaço escolar; g. identificar o melhor recurso de tecnologia assistiva que atenda às necessidades dos alunos de acordo com sua habilidade física e sensorial atual e promova sua aprendizagem por meio da informática acessível; h. ampliar o repertório comunicativo do aluno por meio das atividades curriculares e de vida diária. i. orientar a elaboração de materiais didático-pedagógicos que possam ser utilizados pelos alunos na sala de aula; (MINAS GERAIS, 2014, p. 17 e 18).

O professor de apoio deve;

[...] promover as condições para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades da escola; k. orientar as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional; l. indicar e orientar o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes na família e na comum. (MINAS GERAIS, 2014, p. 18).

Ao longo desse estudo, utilizamos de vários materiais que foram sendo adaptados com o objetivo de estimular o interesse do aluno, mas conseguimos alcançar poucos resultados por conta da falta do interesse do discente. Fizemos uso de recursos de Tecnologia Assistiva e Comunicação Alternativa.

Partindo desses princípios que norteiam a atuação da professora de apoio, foram feitas adaptações a giz de cera, utilizamos lápis jumbo para tentar facilitar a coordenação motora do aluno, assim como de massa de modelar para trabalhar com formas concretas. Confeccionamos pranchas de comunicação alternativa através do software Boardmaker, utilizamos celular, tablet, computadores para passar vídeos, músicas e jogos on-line, além de vários jogos e outros materiais concretos como alfabeto em MDF, EVA, brinquedos pedagógicos e etc. No entanto, os resultados foram insignificantes no que diz respeito ao avanço cognitivo em relação ao aprendizado dos conteúdos da sala de aula. Percebemos sim avanços significativos em relação às atividades da vida diária, como já relatamos anteriormente.

Todos os materiais citados foram utilizados durante todo o ano de 2018 e até abril de 2019, e continuaremos até o fim de 2019 ou enquanto permanecermos com o aluno. É importante salientar que durante o período em que as atividades foram desenvolvidas, apenas dois professores, de um total de 11 profissionais, se propuseram a tentar desenvolver algo diferente com o aluno, mas deixaram a cargo do professor de apoio o desenvolvimento da atividade proposta por eles.

Apenas a professora de inglês se empenhou em fazer um trabalho de conscientização de todas as turmas na qual ela trabalhava, com o apoio das demais professoras de apoio da escola, em relação à presença de alunos com deficiência. No entanto, houve um trabalho em conjunto entre os profissionais de apoio e de sala de recursos multifuncionais, tanto no desenvolvimento de possíveis atividades, assim como na busca de captação de recursos para compra do que fosse necessário com o apoio da direção da escola. Portanto, mais uma vez, notamos claramente o desinteresse do professor regente de aulas em relação aos alunos com deficiência.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos verificar ao longo do trabalho, muitas são as atribuições dadas ao professor de apoio, mas muito maior são os entraves que o mesmo encontra para desempenhar

com qualidade o seu trabalho. São entraves de ordem burocrática, são as dificuldades encontradas por conta das limitações em decorrência da deficiência do aluno, e não podemos deixar de relatar a falta do trabalho coletivo entre os professores regentes de aula e seus medos e limitações em trabalhar com os alunos com deficiência.

Diante de tudo o que foi exposto, tomando como referência o guia de educação de Minas Gerais, conclui-se que a realidade está muito aquém do que prega o documento mencionado. Nesse momento recorro a Ruth Cidade (2006) que discute sobre os conceitos de identidade social real e identidade social virtual. A primeira diz respeito à categoria e atributos a que na realidade o indivíduo corresponde e a segunda são as suposições que são imputadas ao indivíduo baseando em preconceitos que temos e que se transformam em exigências normativas, em expectativas.

O documento acima mencionado nos leva a crer que seus princípios parecem se fundamentar muito mais numa identidade social virtual da pessoa com deficiência do que numa identidade social real, portanto, dificultando o desempenho de um trabalho pautado na realidade do aluno e nas suas possibilidades de aprendizagem. Tal fato se confirma ao entendermos que, no processo de intervenção com o aluno com paralisia cerebral severa, matriculado no Ensino Médio de uma escola estadual da rede de ensino mineira, os resultados foram insignificantes no que diz respeito ao avanço cognitivo em relação ao aprendizado dos conteúdos da sala de aula. Por outro lado, identificamos avanços significativos em relação às atividades da vida diária e convívio social. Assim, retomamos nossa pergunta inicial como ponto reflexivo para se pensar em processo de educação inclusiva (mas para pessoas com deficiência. De qual ponto devemos partir: de práticas baseadas nas diretrizes ou na realidade do aluno?

11 REFERÊNCIAS:

BRASIL. SDHPR - **Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência** - SNPD. 2009. Disponível em:<
<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/tecnologia-assistiva>>. Acesso em 12/05/2019

BERSCH, R. **Tecnologia assistiva**. Porto Alegre. RS . 2005

CIDADE, Ruth. E. A. **A construção social da deficiência e do deficiente**: Uma breve incursão. In: RODRIGUES, David. *Atividade motora adaptada: a alegria do corpo*. São Paulo: Artes Médicas, 2006.

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

GERALIS, E. **Crianças com Paralisia Cerebral – guia para pais e educadores** (2ª ed.). Porto Alegre: Artmed. 2008.

HUANG. Juebing, **Distúrbios cerebrais, da medula espinal e dos nervos/Disfunção cerebral/Afasia**. Disponível em:< <https://www.msmanuals.com/pt-br/casa/SearchResults?query=disfasia>> . Acessado em: 04/05/2019

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar).

MINAS GERAIS, S. E. E. **Guia de Orientação da Educação Especial**. Belo Horizonte: SEE, 2014. Disponível em:<
http://seeensinoespecial.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1701&Itemid=100097>, acesso em: 11/04/2019

MOURA. B. **Disfasia: o que é, sintomas e tratamento**. Disponível em:
 <https://www.gentside.com.br/disfasia/disfasia-o-que-e-sintomas-e-tratamento_art5560.html>. Acessado em: 04/05/2019

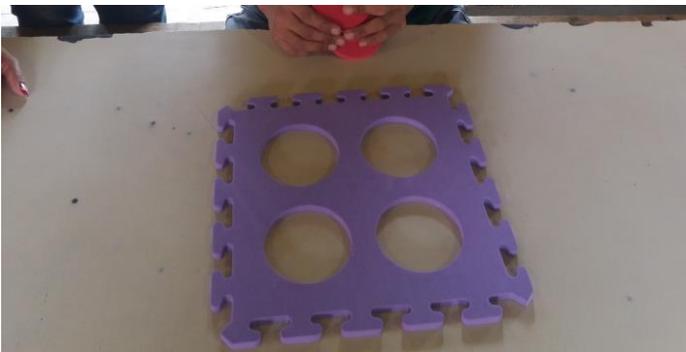
TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987

ZAPOROSZENKO, A. Alencar, G.A. R. D. **Comunicação alternativa e paralisia cerebral:** recursos didáticos e de expressão. Maringá, 2008. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_ana_zaporoszenko.pdf> Acesso em: 14/05/2019.

ANEXOS

ANEXO I

Materiais confeccionados com objetivo de melhorar o aprendizado do aluno.







ANEXO II:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED
CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEAD

Curso de especialização em educação inclusiva em contextos escolares

Termo de consentimento para desenvolvimento de projeto de intervenção

À Direção da Escola _____

Prezado(a) Senhor (a) _____

Como aluno (a) do curso de especialização em EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES promovido pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF, através do CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEAD, venho por meio desta, solicitar a autorização para desenvolvimento de meu projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que consiste em um projeto de intervenção com o objetivo de

Para o desenvolvimento deste projeto, que será realizado na turma _____ serão utilizados _____ procedimentos _____ tais _____ como _____

Como estudante do referido curso, gostaria de assegurar o caráter acadêmico do presente estudo, assim como a utilização de procedimentos para a proteção da identidade dos sujeitos, a confiabilidade dos dados e a ética no tratamento dos dados quando estes se referirem ao sujeito e a instituição em que este desenvolve o seu trabalho.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos, na certeza de que o resultado de tal estudo possa contribuir para a obtenção de informações que permitam uma melhor compreensão sobre _____, e contribuindo assim, para a construção de práticas escolas mais inclusivas que garantam o direito à educação para todos.

Juiz de Fora, fevereiro de 2019.

Nome do aluno (CPF/ telefone de contato)



Faculdade de Educação Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares UFJF/FACED/UAB

Autorização do uso de imagem

Eu, _____ CPF _____
_____, RG _____, atualmente matriculado (a) no curso de Especialização em Educação Inclusiva em Contextos Escolares, UAB/UFJF, nº de matrícula _____, solicito autorização para fotografar espaços físicos da escola _____.

O objetivo desta atividade é o de registrar as mudanças ocorridas na estrutura da escola ao longo do tempo no sentido de atendimento aos alunos (as) com deficiência. A presente autorização é concedida de forma gratuita, abrangendo o uso da imagem de espaço, em nosso território regional, somente e tão somente, para fins didáticos ao curso sem exposição do corpo docente e discente, funcionários ou quaisquer elementos que identifiquem sujeitos e a escola. Diante do exposto, assino este documento sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos a imagem do espaço ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Local e data

Nome do cursista / assinatura

Representante da instituição/ assinatura

Universidade Federal de Juiz de Fora Rua José Lourenço Kelmer, s/n - Campus Universitário
Bairro São Pedro - CEP: 36036-900 - Juiz de Fora - MG CNPJ: 21.195.755/0001-69